



COMISSÃO EXTERNA, DESTINADA A VERIFICAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS E AVALIAR APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBJETO DA COBRANÇA DE SUPOSTA DÍVIDA DA CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ EM DESFAVOR DO MUNICÍPIO DE BETIM-MG

PRESIDENTE: Deputado Laudívio Carvalho
RELATOR: Deputado Marcelo Álvaro Antônio

I – RELATÓRIO DA VISITA AO MUNICÍPIO DE BETIM

Na data de 30 de outubro de 2017, esta comissão externa se reuniu no município de Betim – MG com intuito de averiguar “in loco” a execução das obras e avaliar aplicação dos recursos objeto da cobrança de suposta dívida da construtora Andrade Gutierrez em desfavor do município de Betim -MG

Na data fomos recebidos pelo excelentíssimo prefeito de Betim, Vittorio Medioli, pelo presidente da Câmara Municipal de Betim, Léo Contador, pelo Procurador Geral do Município de Betim, Bruno Cypriano e por representantes da sociedade civil de Betim.

Começamos a visita recebendo os documentos que se encontram anexos a este relatório, das mãos do Procurador Geral do Município de Betim.

Iniciamos a reunião com as declarações do bastante procurador, que explanou a todos nós a situação, a qual sintetizo abaixo:

A Procuradoria-Geral do Município de Betim distribuiu no dia 09 de março de 2017, Ação Civil Pública com pedido liminar, na 1º Vara Cível da Comarca de Betim sob o nº 5002458-88.2017.8.13.0027, em face de CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A, e de mais 24 (vinte e quatro) integrantes do polo passivo.





A pretensão final consiste na declaração de nulidade dos atos de contratação da Construtora Andrade Gutierrez S. A., dos procedimentos administrativos que reconheceram a existência de dívida em desfavor do Município de Betim e de todos os demais atos e decisões decorrentes das confissões de dívida feitas pelo Município de Betim, bem como o ressarcimento ao erário do Município, caso tenha ocorrido ou ocorra pagamento indevido à Construtora Andrade Gutierrez S.A, referente às obras de saneamento, viário e urbanização contratadas por meio da **Concorrência Pública nº 004/79** e seus 05 (cinco) termos aditivos, com o conseqüente cancelamento dos precatórios expedidos, sob os números GV 380 e GV 391.

Além dos pedidos finais, o Município de Betim pugnou pelo deferimento de pedido liminar, para que fosse determinada a suspensão da exigibilidade dos créditos e a suspensão da inscrição dos precatórios no Regime Especial de Pagamento de Precatórios do TJMG, **provenientes de um débito sem comprovação**. Requereu, ademais, a autorização para retirar o montante de R\$ 94.000.000,00 (noventa e quatro milhões de reais) do orçamento da Procuradoria Geral do Município, destinados ao pagamento de precatórios, para que o referido valor fosse imediatamente realocado nos orçamentos da Secretaria Municipal de Saúde e dos demais Órgãos que prestam serviços essenciais aos munícipes.

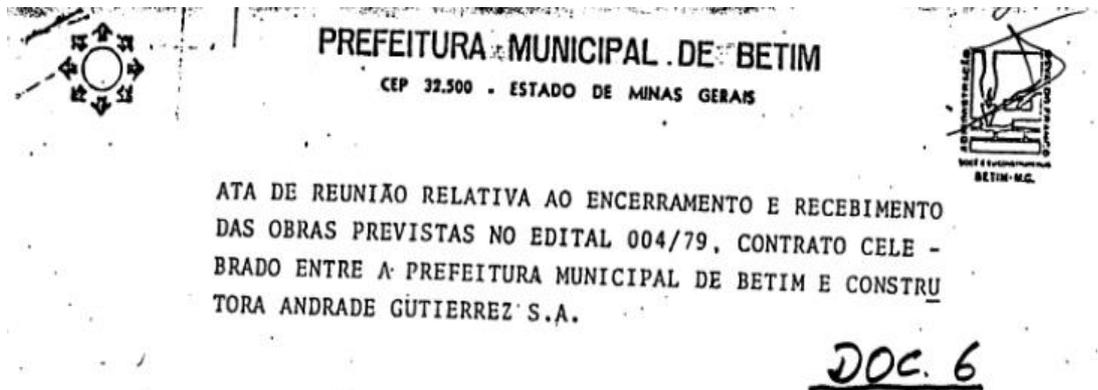
O Contrato celebrado entre o Município de Betim e a Construtora Andrade Gutierrez, através da Concorrência Pública nº 004/1979, sofreu 05 (cinco) aditamentos, em um lapso temporal de 03 (três) anos, o que majorou desproporcionalmente em 400% (quatrocentos por cento) o custo inicial da obra, além de desrespeitarem o prazo inicial de conclusão que seria de 330 (trezentos e trinta) dias. Inclusive, todos os aditivos foram realizados após o vencimento do contrato, sem prévio empenho e disponibilidade financeira.

Em 08 de novembro de 1982, o Secretário de Obras, o Secretário da Fazenda e o Prefeito Municipal de Betim, Sr. Osvaldo Resende Franco, à época, e a Construtora Andrade Gutierrez S.A assinaram um documento denominado “**Ata**





de Reunião Relativa ao Encerramento das Obras previstas no Edital nº 004/79”, no qual reconheceram o encerramento das obras, bem como uma dívida a pagar no valor de Cr\$ 709.000.000,00 (setecentos e nove milhões de cruzeiros). Entretanto, não existe a comprovação da realização das obras, sua extensão e suposta conclusão, bem como da existência de prévio empenho e dotação orçamentária.



O total a faturar a PI até janeiro de 1982, fica retificado de Cr\$ 709.816.592,68 (setecentos e nove milhões, oitocentos e dezesseis mil, quinhentos e noventa e dois cruzeiros e sessenta e oito centavos), para Cr\$ 709.000.000,00 (setecentos e nove milhões de cruzeiros).

Betim, 08 de novembro de 1982.

Pedro Luiz Monteiro de Andrade
Pedro Luiz Monteiro de Andrade
Secretário de Obras

José Dirceu de Oliveira
José Dirceu de Oliveira
Secretário da Fazenda

Sidney Antunes Filho
Sidney Antunes Filho
Pela Construtora

Oswaldo Resende Franco
Oswaldo Resende Franco
Prefeito Municipal





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Percebe-se que o Ex-Prefeito da época, Sr. Osvaldo Resende Franco, neste ato, confessa a dívida, de forma genérica, sem nenhuma confirmação mais apurada sobre sua existência.

No dia 11 de outubro de 1991, o Sr. Caio Júlio César Brandão Pinto, superintendente comercial da empresa à época, solicitou ao Prefeito Ivair Nogueira do Pinho que desse andamento ao pedido de pagamento da dívida feito em 1989.



Isto posto, Senhor Prefeito, vimos solicitar a V. Exa. despachar em definitivo a referida solicitação permitindo à Construtora Andrade Gutierrez S/A o recebimento de seus créditos, devidamente atualizados, nos mesmos critérios de correção adotado pela Prefeitura Municipal de Betim.

Atenciosamente,

Caio J. Brandão Pinto
CÁIO JÚLIO CÉSAR BRANDÃO PINTO
SUPERINTENDENTE COMERCIAL

RECEBI O ORIGINAL
EM 11/10/91.
Eduardo Bethonico Freitas
ASSESSOR
SECRETARIA DA FAZENDA

O Ex- Prefeito Ivair Nogueira do Pinho, no mesmo dia da solicitação (**11 de outubro de 1991**), sem qualquer análise técnica, informou que o valor estava em conformidade com o saldo devedor, apurado em janeiro de 1991, nos autos do PA nº 0659/89, todavia não existiam dotações orçamentárias para pagamento da quantia pleiteada.



* C D 1 7 2 8 2 6 8 8 6 8 4 1 *



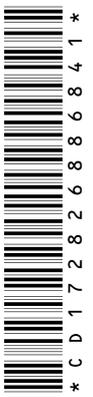
Contudo, na referida Ação Ordinária de Cobrança o Município de Betim não teve defesa técnica, já que não foi, em nenhum momento do processo, discutido o mérito da suposta dívida com a Construtora.

A sentença de 1º grau da Ação Ordinária de cobrança violou os princípios constitucionais de legalidade, moralidade e ampla defesa, uma vez que foi embasada, única e exclusivamente, na “Ata de Reunião Relativa ao Encerramento das Obras previstas no edital nº 004/79”, que, por sua vez, deveria ter sido considerada nula, por indicar, genericamente, reconhecimento de dívida sem nenhuma comprovação mais apurada sobre sua existência.

No ano de 2009 ocorreu o trânsito em julgado da última decisão proferida pelo STF e a Construtora executou o título judicial, e imputou ao município de Betim uma dívida no valor de R\$ 424.372.893,71 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e três reais e setenta e um centavos), atualizados até novembro de 2013.

Em janeiro de 2014, na tentativa de evitar lesão irreversível ao patrimônio público, a Associação dos Procuradores e Advogados do Município de Betim - APAMB, protocolou representação perante o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e apontou diversas irregularidades pertinentes a toda a situação que envolve a relação entre o Município e a Construtora.

O Ministério Público instaurou Inquérito Civil para apurar eventual dano ao erário em razão das supostas irregularidades advindas da contratação da Construtora Andrade Gutierrez S.A, entretanto, o Órgão Ministerial deliberou, equivocadamente, pelo arquivamento do referido procedimento, não obstante ter apontado diversas irregularidades pertinentes a toda a situação, como falta de comprovação documental da existência da dívida, falta de comprovação do valor cobrado, ilegalidade na constituição do débito, ausência de comprovações dos





serviços prestados que fundamentam a dívida e inconsistência das medições dos serviços.

Em julho de 2016 foram inscritos no Regime Especial de Precatórios do TJMG sob os nºs GV - 380 (R\$ 320.507.195.195,15) e GV – 391 (R\$ 32.050.719,52), em nome da Andrade Gutierrez S.A, devendo ser obrigatoriamente pagos parceladamente até 2020, podendo levar à inadimplência deste Município.

Como relatado, a Procuradoria-Geral do Município de Betim distribuiu, no dia 09 de março de 2017, Ação Civil Pública com pedido liminar, na 1ª Vara Cível da Comarca de Betim sob o nº 5002458-88.2017.8.13.0027, em face de CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A, e de mais 24 (vinte e quatro) integrantes do polo passivo.

A inicial foi instruída com documentos do Cartório de Registro de Imóveis, Termos de Notificações, parte do inquérito civil MPMG 0027.14.000266-1, partes da Ação Ordinária de Cobrança nº 0027.92.001000-9 e outros documentos, conforme cópia integral do processo que segue anexa.

Ajuizada a Ação Civil Pública em comento, os autos foram com vista ao Ministério Público, que opinou pelo DEFERIMENTO do pedido liminar a fim de que fosse determinada a suspensão da exigibilidade dos créditos constituídos em favor da empresa Andrade Gutierrez S.A, tratados nos autos, bem como a suspensão da inscrição dos respectivos precatórios nºs GV 380 e GV 391 no Regime Especial de Pagamento de Precatórios TJMG.

No dia 11 de maio de 2017, o Magistrado proferiu decisão que deferiu antecipação de tutela, para determinar a suspensão da exigibilidade dos créditos em favor da Andrade Gutierrez S/A, referente aos precatórios nºs GV 380 (valor R\$320.507.195,15) e GV 391 (valor R\$32.050.719,52), bem como a suspensão da inscrição dos citados Precatórios no Regime Especial de Pagamento de Precatórios do TJMG.





Além disso, determinou a retirada de R\$94.000.000,00 (noventa e quatro milhões de reais) do orçamento da Procuradoria Geral do Município, destinado ao pagamento de precatórios, para que referido valor fosse imediatamente realocado nos orçamentos da Secretaria Municipal de Saúde e nos demais Órgãos que prestam serviços essenciais aos munícipes.

No dia 05 de julho de 2017, a Andrade Gutierrez interpôs Agravo de Instrumento, distribuído sob o nº 1.0000.17.05022-1/001.

No dia 14 de julho de 2017, a MM. Desembargadora Relatora do Agravo de Instrumento proferiu Decisão que deferiu o efeito suspensivo pleiteado para afastar os efeitos da liminar que concedeu a antecipação de tutela na Ação Civil Pública nº 5002458-88.2017.8.13.0027, em desfavor da Construtora Andrade Gutierrez S/A e outros, em seus itens 1.1 e 1.2.

No dia 24 de julho de 2017, o Município de Betim interpôs Agravo Interno, a fim de requerer a retratação da Decisão proferida pela MM. Desembargadora Relatora, que deferiu o efeito suspensivo à Construtora Andrade Gutierrez para afastar os efeitos da liminar que concedeu a antecipação de tutela na Ação Civil Pública nº 5002458-88.2017.8.13.0027, em seus itens 1.1 e 1.2.

Nos dias 06 e 12 de setembro de 2017, o Município de Betim protocolou no Agravo Interno nº 1.0000.17.056022-1/002, no Agravo de Instrumento nº 1.0000.17.056022-1/001 e na Ação Civil Pública nº 5002458-88.2017.8.13.0027, juntando novos documentos, entregues à Procuradoria-Geral do Município de Betim nos dias 25/08/2017 (sexta-feira) e 28/08/2017 (segunda-feira), através de ex-funcionários deste Município e da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, que compunham o quadro funcional dos citados entes na época de vigência do contrato celebrado entre o Município e a Construtora Andrade Gutierrez e tinham ciência da existência e da exata localização dos documentos que comprovam:



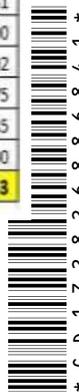


- A participação do Município no “Projeto Cura”, que ensejou a contratação da Construtora Andrade Gutierrez e, por conseguinte, os supostos débitos que a mesma imputa ao ente público. Inclusive, através dos citados documentos novos, revela-se que a participação do Município de Betim nas despesas do “Projeto Cura”, também intitulado de “contrapartida”, tinha o valor percentual de apenas **26% (vinte e seis por cento) dos débitos**;
- Os pagamentos das obras realizadas pela Construtora Andrade Gutierrez e a inexistência de qualquer dívida residual do Município;
- Os pagamentos realizados pela COPASA para a Construtora Andrade Gutierrez, no âmbito do “Projeto Cura”, que assumiu a responsabilidade pelo ônus financeiro das obras de implantação do esgotamento sanitário e demais.

Conforme exposto, em um período de 03 (três) anos, as obras sofreram um aumento inexplicável de 400% (quatrocentos por cento) através dos termos aditivos realizados, completamente fora da razoabilidade e dos padrões normais de previsibilidade, conforme tabela abaixo que explicita o valor do contrato conforme correção monetária da Contadoria Judicial da Comarca de Belo Horizonte (TJMG):

CORREÇÃO FEITA PELA TABELA DA CONTADORIA JUDICIAL DA COMARCA DE BH (TJMG) VÁLIDA PARA AGO/2017.					
Contratos	Data da Celebração	Valor Original	Diferença	Índice de Correção	Valor Corrigido
Contrato Inicial	05/09/1979	268.148.430,00	0,00	0,0506320	13.576.891,31
1º Termo Aditivo	24/10/1980	404.114.710,00	135.966.280,00	0,0304803	4.144.293,00
2º Termo Aditivo	24/04/1981	588.470.870,00	184.356.160,00	0,0224310	4.135.293,02
3º Termo Aditivo	14/09/1981	724.437.150,00	135.966.280,00	0,0178010	2.420.335,75
4º Termo Aditivo	29/03/1982	1.000.000.000,00	275.562.850,00	0,0124009	3.417.227,35
5º Termo Aditivo	01/12/1982	1.050.000.000,00	50.000.000,00	0,0076365	381.825,00
				Valor Total	28.075.865,43

Todavia, através dos novos documentos carreados verifica-se que foi realizado em favor da construtora Andrade Gutierrez, o pagamento de **Cr\$ 34.502.895.491,03** (trinta e quatro bilhões quinhentos e dois milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e noventa e um e três centavos), no montante





II – CONCLUSÕES DO RELATOR

Se extrai das informações obtidas que há elementos suficientes para que seja feita a auditoria e fiscalização dos contratos entre o Município de Betim/MG e a Construtora Andrade Gutierrez, no âmbito do Projeto CURA.

Da visita ao município podemos extrair que todas as obras são subterrâneas, sem possibilidade de que sejam analisadas sua execução de acordo com os contratos firmados.

Extraímos também que os documentos utilizados para a confissão de dívida e que embasam toda a cobrança feita tem que ter sua legalidade e juridicidade analisadas. Neste sentido o município de Betim já está pleiteando na justiça que o documento seja considerado nulo e ilegal.

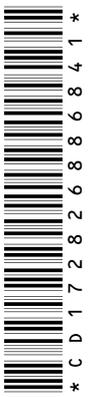
Sob os aspectos jurídico e administrativo, cabe verificar a correta aplicação das normas legais aplicáveis na execução dos contratos firmados entre a Prefeitura do município de Betim e a empresa Andrade Gutierrez no âmbito do Projeto CURA, além de se analisar a validade e a juridicidade dos documentos apresentados pela empresa pra cobrança da dívida.

Cabe salientar a competência desta casa para solicitar apoio ao TCU para a realização de inspeções e auditorias, conforme prevê a Constituição Federal, no seu art. 71, IV e VII:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

(...)

IV – realizar por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;





(...)

VII – prestar informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.

Há de ser provocado o Tribunal de Contas para se manifestar acerca desta situação, para que seja feita a auditoria nos recursos federais utilizados no Projeto CURA. Esta necessidade se faz ainda maior devido as manifestações da Caixa Econômica Federal no sentido de não haver consigo documentos referentes aos repasses feitos no Projeto Cura.

Nesta casa está em tramitação a Proposta de Fiscalização e Controle número 133/17, de autoria do Deputado Federal Wellington Prado, que tem como objetivo a implementação da fiscalização dos repasses feitos pelo Projeto CURA, onde já foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Esta comissão externa colaborou com a Proposta de Fiscalização e Controle cedendo ao relator desta todos os documentos recebidos no dia da visita ao município de Betim.

Nesse sentido, solicitou-se ao TCU que adote os métodos que entender pertinentes para examinar, de acordo com critérios de risco e materialidade, a regularidade da execução dos contratos entre o Município de Betim/MG e a Construtora Andrade Gutierrez, no âmbito do Projeto CURA. Em especial:

- I. A execução das obras objeto dos contratos, e seus termos aditivos;
- II. A correta correspondência entre o valor do contrato e as obras executadas; e
- III. O efetivo pagamento das obras executadas.

Entende-se ainda cabível, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para que investigue a relação estabelecida entre Municípios de





todo o Brasil e a Construtora Andrade Gutierrez, para que sejam investigadas estas relações, principalmente no que concerne à menção de recursos federais provenientes do “Projeto CURA”, “FINC I”, “FINC II” e “PACOTT” e outros a serem descobertos”.

Entre março de 2009 e dezembro de 2012, no estado do Mato Grosso, a construtora Andrade Gutierrez recebeu em precatórios o valor de pouco menos de R\$ 260 milhões de reais. Fato este que está sendo alvo de delações premiadas no âmbito de investigações da Polícia Federal, e que tem gerado por si só investigações separadas.

No Estado do Amazonas, a Construtora empregou o mesmo expediente para receber mais de meio bilhão em precatórios, que foram assumidos pelo Estado de maneira também muito “suspeita”. Após brigas judiciais acerca do precatório, houve um acordo entre o Estado do Amazonas e a construtora Andrade Gutierrez para pagamento do valor de R\$ 770 milhões de reais parcelados em 15 anos.

Ambos os casos são muito parecidos com o de Betim, em todos eles houveram confissões de dívidas suspeitas, sem maiores comprovações de obras ou de existência da dívida. Também é comum, nesses casos, processos acontecerem para a cobrança destas dívidas sem que os entes públicos exerçam seu direito ao contraditório e ampla defesa, culminando assim com a condenação e com a geração dos precatórios.

Em face do exposto, este Relator pugna pela execução da PFC número 133/17, para que sejam analisados pelo TCU todos os repasses feitos a construtora Andrade Gutierrez e auditada a existência desta dívida, pugna também pela criação de Comissão Parlamentar de Inquérito nesta casa, a fim de investigar a empresa Andrade Gutierrez e as suas cobranças de dívidas milionárias de municípios e estados de todo país.

É como voto.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala das Comissões, em _____ de 2017.

MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO
Deputado Federal PR/MG

